

Cautelosa adesão dos grandes bancos ao plano Baker

O processo de mudança de atitude dos governos dos países industrializados e dos credores internacionais diante da questão da dívida externa dos países em desenvolvimento registrou ontem mais um avanço. Ao término da reunião promovida em Washington pelo Institute of International Finance (IIF), um organismo de estudos e pesquisas mantido por instituições financeiras, representantes dos 58 maiores bancos internacionais endossaram o plano do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, de retomar o fluxo de empréstimos aos países endividados de modo que as suas economias possam crescer.

É claro que foram feitas ressalvas, como a necessidade de negociações com os países interessados e de esclarecimento de certos detalhes pelos funcionários do governo americano. Mas o processo de mudança em curso desde meados deste ano desenvolve-se assim mesmo, de forma lenta e gradual. O primeiro indício de que a administração Reagan começava a caminhar em outra direção no que diz respeito à crise da dívida surgiu em junho, quando o

vice-presidente do Federal Reserve Board (Fed), Preston Martin, afirmou estar convencido de que o esquema de negociação então adotado redundara em fracasso. Martin disse, ainda, sem meias palavras, que os mecanismos de mercado simplesmente não solucionariam a crise, sendo requerida a ação dos governos.

Martin não foi o primeiro, no chamado Primeiro Mundo, a manifestar uma opinião desse tipo. Antes dele, diversos economistas, empresários, políticos e personalidades que ocuparam altas posições oficiais, como o ex-secretário de Estado Henry Kissinger, chegaram a idêntica conclusão, oferecendo sugestões para equacionar o problema do endividamento.

Contudo, como ressaltamos na época nestas colunas, a atitude do vice-presidente do Fed foi muito significativa, sendo a primeira vez que um alto funcionário do governo americano — notadamente uma autoridade monetária — se afastava da linha da administração Reagan, segundo a qual a questão da dívida deveria ser tratada diretamente pelos países devedores junto aos bancos interna-

cionais, sob a orientação do FMI. Martin, então, parecia uma voz isolada nos círculos oficiais de Washington e, de fato, o presidente do Fed, Paul Volcker, discorreu publicamente de sua posição.

Vê-se que a situação evoluiu muito em tão pouco tempo. Hoje, temos o plano Baker, apoiado há pouco por Volcker e agora endossado pelos grandes bancos. Merece destaque também um parágrafo de uma nota publicada anteontem por este jornal, dando conta de que também o Bank for International Settlements (BIS), conhecido pela sua filosofia conservadora, considera que devem ser encontradas fórmulas para que os países em desenvolvimento possam ter novamente acesso aos mercados financeiros internacionais.

A principal reserva que alguns analistas têm feito ao plano do secretário do Tesouro dos EUA é de que os recursos propostos — US\$ 20 bilhões por parte dos bancos em três anos — são insuficientes. Mesmo se adicionado o valor do aumento que deverão registrar no mesmo período os empréstimos do Banco Mundial — US\$ 9 bi-

lhões —, o total é inferior ao volume líquido das transferências de juros feitas pelos países endividados em um só ano.

E verdade. Não nos parece também satisfatório que a "exposure" dos bancos com relação a esses países aumente apenas 2,5%, ou seja, menos do que a taxa de inflação americana, que atualmente gira em torno de 3,5% ao ano. Não obstante, a reabertura do mercado internacional de empréstimos para os endividados e o reconhecimento de que suas economias não podem deixar de crescer são fatos de suma importância. Significam o retorno gradual da solidariedade, ditada por interesses comuns, entre credor e devedor, devendo-se recordar que os países em desenvolvimento assumiram vultosas dívidas no passado sob o pressuposto de que o mercado financeiro internacional continuaria aberto a eles.

N.R. — Por um erro, o título do editorial de ontem não correspondeu ao sentido das idéias expostas. O título correto é: "O firme propósito de acelerar a desestatização", e não "desacelerar", como saiu publicado.